NOVO GOVERNO / Partido foi a principal força política a se incorporar na coligação que sustentou a eleição de Lula e pleiteia espaço à altura na nova gestão. Nome de Simone Tebet é dado como certo para compor o futuro ministério

MDB avalia integrar governo

» VINICIUS DORIA

NELSON ALMEIDA / AFP



Tebet tem sido discreta na negociação, mas interlocutores passaram recados sobre pastas que ela não quer assumir, como a da Saúde

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu, ontem, na sede do governo de transição no CCBB, os principais líderes do MDB para iniciar formalmente o debate sobre a participação da legenda na nova gestão do país. O partido é a principal força política que se incorporou à coligação responsável por sustentar a eleição do petista no segundo turno e pleiteia um espaço à altura dessa participação. O nome da senadora Simone Tebet (MDB-MS) é dado como certo para compor o ministério, mas há outras forças políticas que devem ser apresentadas ao futuro chefe do Executivo para essa composição.

Participaram da reunião com Lula o presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP); o líder na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL); o vice-líder no Senado e relator do Orçamento/2023, Marcelo Castro (PI), representando o líder Eduardo Braga (AM); e o governador reeleito do Pará, Helder Barbalho. Pelo PT, estavam presentes a presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PR); o coordenador dos grupos de transição, Aloizio Mercadante (SP); e o ex-ministro Fernando Haddad, um dos nomes mais cotados para assumir o Ministério da Fazenda.

Na conversa, que durou mais de duas horas, os caciques do MDB deixaram claro a disposição da legenda de participar de forma efetiva do time que assumirá o poder em 1º de janeiro, mas não se falou em nomes. O único consenso é Simone Tebet, que terá papel protagonista na montagem ministerial. O MDB, porém, espera ampliar essa presença no primeiro escalão do Executivo com nomes que representem as forças que apoiaram Lula desde o primeiro turno, como a ala nordestina, capitaneada pelo senador Renan Calheiros (AL), e o grupo da Região Norte, representado pelo governador Helder Barbalho e pelo senador Eduardo Braga.

"Há, por parte do presidente (Lula) e da equipe de transição, uma vontade para que o MDB possa discutir as questões que são relevantes e que serão fundamentais ainda neste ano, como a PEC da Transição, e uma agenda a partir do ano que vem", disse Baleia Rossi, ao sair do CCBB. Para ele, Simone Tebet teve uma participação "exitosa" no primeiro turno, "honrou o MDB, mas nós não conversamos sobre participação de governo, quem define isso é o presidente, e não o partido".

Ao **Correio**, Baleia disse que "o presidente sabe que terá um grande desafio, que é cumprir o que foi compromissado na campanha, e quer fazer isso de maneira que todos (os partidos da frente ampla) possam participar, até porque ele precisa de apoio parlamentar tanto na Câmara quanto no Senado".

"Eu entendo que o MDB, hoje, tem esse espírito colaborativo. Então, não vejo dificuldade de se buscar uma agenda para o país", concluiu Rossi.

O senador Marcelo Castro foi mais objetivo. Declarou que essa negociação em torno da montagem do novo governo será capitaneada por Baleia Rossi e pelos líderes na Câmara e no Senado. "Passamos em revista a ação de governo e a vontade do MDB de estar inserido nele. Nós já participamos da campanha no primeiro turno, alguns no segundo turno, e a Simone (Tebet) teve um papel destacado", argumentou. "O MDB é um partido que está bastante afinado com o futuro governo. Evidentemente vamos discutir essa participação no governo do presidente Lula", acrescentou ao deixar a reunião. E confidenciou ao **Correio**: "Estou muito otimista com relação a essa participação".

Simone Tebet tem se mostrado bastante discreta nessa negociação, dedicando boa parte de seu tempo ao grupo da transição que elabora o diagnóstico do Desenvolvimento Social, mas interlocutores já passaram alguns recados sobre pastas que ela não gostaria de assumir, como a da Saúde. Segundo fontes ouvidas pela reportagem, a senadora mantém a posição de integrar o futuro governo no comando de um ministério voltado às questões sociais, espelhando a presença dela no governo de transição.

Lula ficará em Brasília até sexta-feira, para articular, pessoalmente, a montagem do novo governo. Aliados que participam das reuniões com o comando da equipe de transição têm demonstrado a expectativa de que o presidente eleito comece a anunciar os nomes que vão compor o futuro ministério até o início da semana que vem. E vai acompanhar as negociações para definição das presidências da Câmara e do Senado, com a recondução praticamente certa do deputado Arthur Lira (PP-AL) e do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), respectivamente.

» Pacote Renan no Congresso

Apoiador de primeira hora do presidente Lula, o senador Renan Calheiros era esperado na reunião no CCBB, mas não compareceu. Ontem, ele apresentou no Senado uma PEC que inclui, entre as competências do Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento de crimes contra o Estado democrático de direito, e quatro projetos de lei. Os textos tipificam os crimes de intolerância política e de abuso de autoridade por participação de agente público que se vale do cargo em manifestações de caráter político-partidário; proíbem a nomeação de militares da ativa ou da reserva no cargo de ministro da Defesa; e impedem que candidatos, mesários e fiscais de partidos sejam presos "desde 30 dias antes da eleição em primeiro turno até 48 horas após o término do segundo turno".

Marina: Congresso não votará pautas bomba

» INGRID SOARES

A ex-ministra e deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP) afirmou que houve um acordo entre o gabinete de transição e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que as chamadas pautas bomba não sejam votadas até o fim do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Já foi feito um primeiro processo que envolveu o vice-presidente (Geraldo) Alckmin, Aloísio Mercadante, os parlamentares e os presidentes das Casas para pedir que não fosse votada nenhuma pauta bomba. Então, esses projetos que são bastante complicados entraram nessa discussão", informou Marina. "Esse pedido foi feito diretamente aos presidentes das Casas, faz umas duas semanas. Isso foi tratado por eles, e cada um vai ficar atento às suas agendas", acrescentou.

A parlamentar, que compõe o grupo de transição do Meio Ambiente, disse que a equipe enumerou os projetos na área que não deveriam ser votados agora. "Em relação a garimpo em terras indígenas, demarcação em terras indígenas, agrotóxicos", destacou. "Esses foram colocados como projetos muito sensíveis para que não fossem votados neste final de período legislativo e de governo. Obviamente que o Parlamento tem sua autonomia e sua independência, mas os projetos sensíveis foram todos alertados", enfatizou.

***Leia mais sobre agrotóxicos na página 4**

Roque de Sá/Agência Senado



Marina disse que houve acordo com presidentes da Câmara e do Senado

Transição vai propor regulação da internet

O GT de Comunicações vai sugerir que o governo Lula coloque em consulta pública, nos primeiros 100 dias de governo, uma proposta de regulação da internet, para, em seguida, ser encaminhada ao Congresso Nacional. A informação é do ex-ministro das Comunicações e integrante do GT na transição, Paulo Bernardo.

Segundo ele, a sugestão do grupo é para que o governo lidere uma discussão legal inspirada nos moldes do que ocorreu na Europa, que envolva questões de conteúdo, direitos e responsabilização. Ele voltou a defender a tributação das big techs.

"Nós estamos sugerindo fazer nos moldes do que a Europa fez, com direitos, responsabilidades, e de tributação também. Vai estar no nosso relatório. A sugestão é para que o governo, nos primeiros 100 dias faça uma proposta, coloque em consulta pública e depois mande ao Congresso", destacou. "Com certeza, vão levar lá uns seis meses para discutir, não é qualquer coisa", apontou.

Questionado sobre o modelo de tributação, o ex-ministro afirmou que o relatório do GT não trará esse tipo de detalhamento. "Nós estamos dizendo que é uma atividade econômica como qualquer outra, e acho que ela tem que ser taxada", disse.

Paulo Bernardo ainda voltou a dizer que integrantes da transição também devem sugerir que a Secretaria de Comunicação (Secom) saia do guarda-chuva do Ministério das Comunicações.

